

Os BRICs e a democracia brasileira*

Tim Wegenast**

O termo BRICs denota os países subdesenvolvidos que, de acordo com bancos de investimento, dominarão a economia mundial em 2050. Encabeçado pelo Brasil, eterno país do futuro, a sigla ainda é composta por Rússia, Índia e China. Ultimamente, tem-se debatido intensamente sobre a possível exclusão da letra B. O Brasil cresce mais lentamente e tem menor capacidade de implementar reformas estruturais que os demais países. No entanto, é a democracia mais sólida do seleto grupo.

Começemos pelas más notícias: enquanto todos os países subdesenvolvidos cresceram, em média, 7,3% nos últimos quatro anos, o Brasil conteve-se com parcos 3,3%. A falta de uma reforma tributária alimenta o que já é o maior mercado negro entre os BRICs, e os necessários investimentos em infra-estrutura fazem-se esperar. Além disso, o Estado brasileiro sofre de um sistema de pensões inflacionário e de uma burocracia ineficiente.

Lanterinha no que diz respeito à maioria dos indicadores econômicos, a democracia brasileira sobressai. O partido comunista chinês e o governo russo não demonstram o menor interesse em romper com a tradição totalitarista de seus Estados. E, de acordo com um índice divulgado pela renomada organização não-governamental Freedom House, as liberdades cívicas são maiores no Brasil que na Índia.

No ano passado, o Presidente Lula afirmou não querer sacrificar princípios democráticos em troca do maior crescimento econômico. Estudos recentes negam relação determinista entre formas de governo e crescimento econômico. A pergunta, porém, parece legítima: sendo o Brasil a democracia mais estável entre todos os BRICs, por que o país não cresce mais e apresenta tão alto grau de imobilismo político?

A história brasileira foi cunhada por disparidades sociais e pelo domínio de uma elite altamente influente, que ditou o processo de tomada de decisões. Com a

democratização, a minoria oligárquica perdeu boa parte dos poderes formais. No entanto, percebendo a sua posição hegemônica ameaçada, a dita elite intensificou os investimentos em poder político real por meio de lobismo, domínio de partidos políticos, suborno, entre outras artimanhas.

Os grandes latifundiários, por exemplo, sempre formaram um grupo homogêneo e politicamente articulado. Mesmo após a democratização, continuaram a exercer grande influência mediante práticas como doações a partidos, corrupção de políticos, voto de cabresto ou o bloqueio da entrada de novos partidos. Dessa forma, conseguiram evitar reformas políticas que ameaçassem seus interesses primordiais.

Sobretudo durante a época da industrialização por substituição de importações, a elite industrial brasileira também gozava de ampla influência política. Alheios ao princípio da livre concorrência, oligarcas pareciam pouco inclinados à formação de capital humano, à expansão da infra-estrutura ou a uma burocracia estatal eficiente. Considerando a captura do Estado brasileiro por diversos grupos de interesse, não é de se estranhar que o Brasil conte com péssimos índices de educação secundária, tenha uma burocracia e uma infra-estrutura falhas e não consiga reduzir os gastos com o sistema de pensões.

O que pode fazer o eleitor para controlar políticos cortejados por grupos de interesse e impedir o imobilismo político? No Brasil, infelizmente, muito pouco. Para começar, a falta de formação escolar apropriada limita a capacidade dos cidadãos de informar-se sobre assuntos públicos. O resto fica por conta do nosso sistema político. Como controlar um indivíduo que, no decorrer de um ano, muda de partido três vezes e, no Congresso, não vota de acordo com a convicção programática da própria legenda? De que forma entender uma plataforma partidária tendo em vista um universo de partidos inflacionário e confuso, no qual as mais implausíveis e instáveis alianças são traçadas diariamente?

Precisamos de um contexto de maior fidelidade e menor fragmentação partidária, de partidos com maior coesão interna, de listas partidárias fechadas e de maior

*Fonte: *Correio Braziliense*, caderno Opinião, 08/06/2007.

**Cientista político e professor da Universidade Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha).

regulamentação do financiamento das campanhas eleitorais. Enfim, necessitamos de um ambiente onde os parlamentares se interessem mais pelos eleitores e menos pelo particularismo das relações pessoais. Embora não possamos apagar o passado brasileiro de desigualdades sociais e domínio de grupos de interesse, a criação de um sistema político com mais *accountability* e menos sanguessugas parece-me viável. Talvez não dominemos a economia mundial em 2050, mas daremos grande passo em direção a uma sociedade mais justa.